

DORORIDADE: MEMORIAS E SEUS ATRAVSSAMENTOS

Shirley Alves Pinheiro Rosa¹

Eduardo Reis Silva²

Resumo

O estudo aborda diretamente como é o racismo sobre a mulher preta, mostrando as diferenças entre o feminismo branco e o negro. Inicialmente é trabalhado o sentido de voz silenciada, trazendo relatos históricos das formas de silenciar as mulheres negras, e como seus mecanismos se modificaram, mas ainda tem a mesma finalidade. Além da base histórica e pessoal, é apresentado o signo que expressa o sofrimento da mulher sobre o racismo, que é a palavra dororidade, criado por uma mulher preta, discorre como é essencial esse dialogo entre dororidade e sororidade, a seguir trago as realidades que mostram como o racismo afeta a historia social e cultural do sujeito apresentado, é expostouma analise de dados referente ao meio empregatício onde a maioria é mulheres negras, e arealidade acadêmica e social das mesmas contra a branquitude que tende a isentar a existência do saber das pretas.

Palavras chaves: dororidade - mulher preta – racismo

¹ graduada em licenciatura em língua portuguesa e inglesa e respectivas literaturas do centro universitário Unijorge.

² Doutorando em Artes Cênicas pela UFBA. Mestrado em Literatura e Crítica literária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2019). Licenciatura Plena em Filosofia pela Faculdade do Mosteiro de São Bento de São Paulo (2012) e professor da UNIJORGE.

Introdução

Dentre as possibilidades que tinham para meu objeto de pesquisa, uma inquietude me trouxe a querer mostrar como as mulheres negras tem que lidar com toda a segregação que sofrem, e mesmo assim continuam buscando serem vistas. É uma narrativa além de tudo vivenciada, por ser uma mulher negra eu entendo e represento outras mulheres, por isso o título diz memórias que se autorepresentam em seus atravessamentos.

As idéias que a Grada Kilomba trás em seu livro Memórias de Plantações, foi como uma chave para um cadeado trancado, pois minuciosamente ela relata em como a mulher preta está colocada socialmente, trás as questões de objeto, silenciamento, descolonização, etc.. E quando nos falamos de nós mesmos, quando trazermos as nossas escritas, incentivamos essa quebra da branquitude, tem uma fala de Conceição Evaristo que me motivou a trazer também a escrevivência.

Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. (Conceição **EVARISTO, 2007**)

Então escrever-nos traz o direito de auto-descrissão sobre nós mesmos, algo que por muito tempo nos foi tirado, e com isso vem todo o processo de reconstrução da nossa identidade. Para nos conhecer precisamos reconhecer tudo que projeta e assa invisibilidade sobre nossa imagem, eu como uma mulher negra, me reconhece aos meus 18 anos, quando passei a entender a negritude e fazer parte dela, nesse momento eu havia acabado de entrar no meio acadêmico, e percebi que eu era minoria presente naquele espaço, com isso vem a vontade de mudar as estatísticas.

A elaboração dessa pesquisa é em busca de apresentar uma parte da historia da mulher

negra, com algumas memórias que geram atravessamentos, para relatar á importância da necessidade de reconhecer a dor da mulher preta, onde nesse contexto, é duas vezes invisibilizada - por sua condição de mulher e por sua raça.

De acordo com Lélia Gonzalez, as representações sociais das mulheres negras partem de um mesmo sujeito, dentro de um mesmo enquadramento: amulata, a doméstica e a mãe preta. Sendo essas classificações o referencial para o lugar social ocupado pela mulher negra, todos eles, construídos a partir de imagens sociais advindas da escravidão (GONZALEZ, 1983).

As mulheres negras, por conta das características que as foram dadas, lutam por seu lugar de fala, para um grupo social historicamente alijado e silenciado.

Vozes silenciadas

Neste capítulo vou trazer inicialmente o primeiro movimento feminista ocidental, referenciado como a primeira onda do feminismo, aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. Ficaram conhecidas como *Assufragistas*. No Brasil foi fundada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que buscou direito do voto para mulher brasileira, que foi iniciado em torno de 1910, mas este direito só foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

Desse modo, podemos verificar uma pequena diferença apenas em base de nacionalidade, mas vamos tratar sobre algo maior, o racismo e as cicatrizes que desenvolveram na história de vida das mulheres negras. sabemos que a experiência de mulheres brancas para a de mulheres negras foram completamente diferentes, nesse período inicial da chegada do feminismo ou até mesmo antes dele. Trago uma memória que relata a total diferença entre uma dor por atitudes sexistas, para uma dor gerada pelo racismo.

O imperialismo racial branco permitiu que as mulheres brancas se sentissem superiores as mulheres negras, tanto por sua tonalidade de pele quanto por sua história cultural, porém elas também são vítimas da opressão sexista/machista que controla a sociedade. No período escravocrata, onde os homens brancos, como colonizadores se declararam proprietários de tudo que circulava no país, se sentiam como o sujeito do poder, e desenvolveram a história do Brasil acima de sangue negro e indígena. Na pirâmide social tinham os homens brancos, mulheres brancas, homens negros e indígenas e após as mulheres

negras e indígenas. Com isso já fica claro onde estávamos localizadas socialmente, não éramos colocadas em lugar de sujeito e sim de objeto.¹

No livro memórias de plantação da autora Grada Kilomba, traz um episódio muito marcante, analisando semioticamente o retrato da escrava Anastácia feito por Jacque Arago, 1817 no Brasil.



(KILOMBA, 2008, p.35)

capítulo A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização do mais que necessário livro “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano”, a autora portuguesa analisa uma história muito conhecida e amplamente divulgada, estudada e replicada em inúmeros livros e relatos, a imagem em questão evidencia uma mulher negra usando uma máscara cobrindo sua boca, este acessório era utilizado para que não viessem a comer areia, muitos praticavam esse ato para tentar suicídio e também para não comerem cana de açúcar e cacau, e outros estudos diziam também que as sinhás temiam a beleza da escrava, então, de alguma forma buscavam obstruir sua imagem. Mas o que realmente essa imagem trás sobre nossos olhos, uma mulher impedida de falar.

¹**objeto**, significa tudo aquilo que possui caráter material e inanimado). Grada Kilomba diz que identidades que são retiradas da sua subjetividade e reduzidas a uma existência de objeto, que é descrito e representado pelo dominante e reduz o termo à sua forma masculina que revela uma dupla dimensão de poder e violência.

O verbo falar vem do Latim *fabulare*, que vem de fabula, que quer dizer "rumor, diz-que-diz, conversa familiar, lenda, mito, conto. A linguagem é um meio de protesto, onde através dela podemos expressar nossos saberes políticos e sociais, e o uso desse acessório expressa o silenciamento, servindo de exemplo para as outras mulheres que tentassem ir contra os parâmetros da hegemonia branca, então Anastácia servia de exemplo.

Parece ilusão um ato de tamanha maldade e violência, mas não é, impedir a reprodução da comunicação é uma maneira de controlar a história de um povo, onde só sua verdade é absoluta, um ser inanimado não poder ter um lugar de sujeito, sendo assim, até a negritude teve sua identidade inicialmente desenvolvida através de pensamentos racistas. Diante da imagem de Anastácia, o questionamento que fica é: o que ela fez? O que pode ter havido de tão grave para a dimensão extra-humana perpetrada por seus "donos"? Como pensar os direitos humanos nessa relação desumana? Tantos questionamentos deflagram a minha vontade uma resposta imediata, mas não é possível ouvir quando não se tem voz.

Como foi difícil quebrar essa identidade colocada na mulher negra, lugar de inexistência social, justamente uma identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída, em uma entrevista para revista Marie Claire uma escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie traz um comentário muito importante ao afirmar que "Eu não sabia que era negra até ir para os Estados Unidos. "Eu não me entendia como negra porque na Nigéria todo mundo é negro", desse modo, a pensadora reflete sobre o racismo que sofreu quando chegou em outro continente.

Isso, também, a fez entender como o fato de ser negro era mais que a cor da pele, e sim uma identidade política. Adichie faz uma abordagem de forma clara e consistente, e por isso atinge um grande público, constituído por adolescentes e adultos em vários países, inclusive no Brasil.

A discussão sobre várias questões recorrentes ao racismo, tais como empoderamento feminino e identidade cultural, colocados em pauta na formação da identidade quando não se tem presente nos parâmetros políticos da sua vida o padrão eurocêntrico, você não se preocupa com seu cabelo, seus traços físicos, seu tom de pele, suas histórias culturais, porque não é visto como algo negativo perante o olhar da sua nacionalidade, mas falando diretamente do Brasil onde sua colonização já se iniciou racista, desde o princípio o negro é visto como obscuro, se hoje você pesquisar o significado dessa palavra e os seus sinônimos verá que se passaram décadas e o significado não mudou.

Neste sentido trago testemunhos que podem ampliar esses debates, justamente por ser mulher preta. No início da minha adolescência me vi em meio a uma sociedade que buscava me inferiorizar, imobilizar e controlar todos os meios que buscava para existir. Minha pele, cabelo, boca, nariz, classe social e a história do meu povo, já eram suficientes para não ter visibilidade, a identidade apresentada era apenas de uma menina negra e só, não era vista como bonita porque o padrão branco não me era vestido, o lugar de fala de destaque ou de interesse se quer era me apresentado, por mais que viesse a me esforçar, não tinha uma representatividade.

Por isso é importante conhecermos nossas histórias, quando passamos a nos unir e conhecer outras que já vem fazendo isso a anos, conseguimos nos enxergar, por isso eu prego muito a representatividade, o movimento crespo por exemplo com as amplas linhas de cabelos cacheados/crespos marcas de maquiagem que também produzem o produto visando que mulheres negras vão utilizar, parece algo simples, mas isso só passou a surgir com grande movimento na mídia nas duas últimas décadas.

O movimento Negro coloca-se contra o racismo e os padrões culturais europeus do branqueamento colocam-se como instrumento de luta, construção e inspiração de uma autoafirmação política, cultural e principalmente como promotor de uma nova identidade étnica que por muito tempo foi negada e estigmatizada negativamente é importante trabalhar mulheres negras nos colégios, proporcionar inclusões nas gestões de empresas, na política e etc.

Voltando a trazer a máscara utilizada em Anastácia para o século 21, podemos notar que hoje existe outros mecanismos de silenciar, onde nos deparamos com a morte de Marielle Franco, que foi um meio de parar suas revoluções, se estivesse viva em 2020 Marielle Franco seria uma das 7 mulheres e a única mulher negra entre os 51 vereadores do Rio de Janeiro. Esses números demonstram seu destaque na representatividade política de um país em que 58% dos 1.173 feminicídios ocorridos em 2018 foram contra mulheres negras, de acordo com dados do Portal Humanista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Reconhecemos a morte de Marielle como parte de um padrão estrutural de assassinato, terrorismo e silenciamento das comunidades negras brasileiras patrocinadas pelo Estado. Sabe-se que ela foi morta porque identificou e denunciou a violência do Estado. Nesse sentido o filósofo africano Achille Mbembe problematiza esse tema ao cunhar o conceito

Necropolítica, no sentido mesmo de que a escolha de quem deve morrer não se dá apenas e somente por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também, então podemos ver que hoje o estado, adota a política da morte como uma maneira de parar quem vai contra o estado.

Marielle era uma mulher negra que defendia o feminismo negro, falava corajosa e ousadamente sobre racismo e os processos de exclusão classistas, defendia e investia fortemente em sua comunidade (uma favela), ela pertencia aos lugares que tinham licença para matar, subalternizados, com uma densidade negra. Quando a gente junta *Necropolítica* com raça e com racismo, a gente vai ver que essa política da morte tem um endereço.

Essa opressão racial que desde sua colonização vem obstruindo sua cultura, oprimindo sua beleza e obrigando a seguir um padrão branco para que assim esteja mais apresentável a sociedade, tem uma fala de Lélia Gonzalez que expressa exatamente o que precisamos entender.

No momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria) (GONZALEZ, 1982, p. 410-411) ?).

Por mais que muitos não entendam a dor que sentimos e explicamos, nós mesmas sabemos e nos entendemos, não é um caso único, são vários atravessamentos que passam de mãe para filha, que acaba se repetindo por décadas, e sim, as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não têm dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

O porquê da Dororidade

É uma palavra que chegou em nosso dicionário recentemente, em 2017 pela filósofa brasileira Vilma Piedade, em seu livro *dororidade* publicado em 2018, este conceito surge como uma atualização, melhor dizendo, trata-se de uma ampliação do termo sororidade, é importante destacar que um conceito não anula outro.

Acredito que exemplos desta natureza ocorreram também com os termos *biopolítica* da filosofia de Michel Foucault nos anos 1970, que tinha como base, às estruturas governamentais que aplicavam o poder sobre os modos de existências das populações subalternizadas, no sentido mesmo de um extremo controle desses corpos. Na perspectiva do conceito de necropolítica (2018), termo este anteriormente citado na primeira seção deste trabalho, num primeiro momento o estudo de Mbembe foi publicado em um artigo e posteriormente lançado em livro, o termo altamente difundido na contemporaneidade, consiste em denunciar os descabros governamentais que, ao transformar territorialidades em espaços de extermínio produz uma instrumentalização de destruição humana como política de morte.

Em conformidade com os mecanismos dinâmicos da linguagem e com os sistemas filosóficos que trazem perspectivas outras para termos novos, tem-se a palavra dororidade uma espécie de renascimento da inquietude em relação à sororidade, acima dessa falta de representação Vilma deu vida essa palavra. Em seus estudos insiste na pauta de que, a maioria das teorias que usamos para conversa sobre racismos/sexismo, são estudos iniciados por homens brancos, e a representatividade negra é o que falta no meio político, então esse estudo vem para contemplar as mulheres negras.

Sororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo. Mas nós, mulheres pretas, temos a dor provocada pelo racismo, a dororidade não está aqui para anular a sororidade e sim para andar de mãos dadas, é um termo que está presente para diferenciar as lutas sociais e culturais, antirracista, e essas cicatrizes vem passando de mãe para filha sucessivamente, seja no âmbito familiar, escolar ou profissional, até mesmo em questões pertinentes aos relacionamentos afetivos. Obviamente que o conceito não destitui, nem deslegitima a sororidade, mas amplia-opara que os atravessamentos e opressões das mulheres negras sejam repensados nessa perspectiva.

A sororidade dialoga com uma dor advinda da opressão do machismo e da insistente estrutura patriarcal da sociedade, em especial, brasileira. Porém, o conceito isolado não consegue acessar ou compreender a dor do racismo e de outros atravessamentos como, por exemplo, a condição social e sua opressão. Já, a Dororidade é a água que abrange essas narrativas passando por todas as memórias, é como se fosse um encontro de mares, pois é a partir dela que essas mulheres se autorepresentam, ao tomarem em suas mãos o poder da

escrita, representam outras mulheres também negras e que compreendem em seu interior a dor de ser mulher negra na sociedade machista e racista.

Segundo Vilma Piedade, é a dor que sofremos a cada minuto. Dororidade contém: o vazio, a ausência, a fala silenciada e a dor causada pelo racismo. Dororidade é uma dor que só pode ser sentida se a sua pele for preta! Sendo assim, a violência, não apenas simbólica, mas também física marcam esses corpos femininos negros e não poderiam ficar de lado em suas narrativas.

Hoje estamos em busca que essas mulheres se perceberam como protagonistas de suas histórias-na qual podem se ressignificar e se reorganizar. A filósofa, pesquisadora e ativista do feminismo negro Djamila Ribeiro sempre destaca a importância de ter um movimento que trate de forma específica dos preconceitos e discriminações que as mulheres negras passam. Para ela, existe uma sociedade na qual opera a supremacia branca e que o movimento feminista também acaba por fazer parte desse sistema, sendo assim precisamos mostrar que estamos aqui, e hoje lidamos com várias mulheres negras inclusas no âmbito literário e político.

Realidade das mulheres negras no meio acadêmico, profissional e social.

Quando falamos de trajetória, nosso passado faz toda diferença, durante o trabalho, tratei toda questão de invisibilidade e como o racismo interfere diretamente na identidade formada sobre a mulher preta, e um dos processos mais difíceis é a desconstrução dessa imagem que nos foi implantada. As universidades já trabalham com cotas raciais o que permite que exista o acesso, mas o acesso vem das possibilidades onde muitas vezes as condições de vida não permitem serem alcançadas.

Quando comecei a frequentar o meio acadêmico percebi que poucas de nós estavam naquele ambiente pra estudar, dificilmente pra lecionar, a maioria das pessoas como eu estavam ali apenas para servir, e assim notamos o abismo, o exclusivismo da branquitude androcêntrica ainda opera em grandemente nas universidades no Brasil.

No livro Memórias de Plantação Grada Kilomba, fala das suas dificuldades vivenciadas na universidade principalmente porque tratavam o seu trabalho sobre o racismo como algo

peçoal, cheio de emoção, tirando toda expressão científica trabalhada pela autora, ela trás uma critica a esse mecanismo de expressão como mais um método de silenciar.

Tais comentários funcionam como uma mascara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o sujeito branco posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conversam com o centro, quando eles falam é científico e quando nós falamos é acientífico. (GRADA KILOMBA, PAG 51/52)

Nós estamos lidando com uma ideologia canônica, essa tradição do saber rejeita qualquer adversidade que venha a surgir, ou seja, a ciência nesse momento entra em um contexto com um poder político racial, onde é definido, quem é o sujeito do conhecimento, e qualquer epistemologia que não seja branca, são consideradas menos valida.

Uma colega de trabalho, cujo nome é Michele tem seus 24 anos, relatou que ser uma mulher forte é difícil, e refleti sobre esse discurso durante dias, concordo plenamente, mas ser uma mulher forte e preta, é mais difícil ainda, Djamilia Ribeiro diz que enquanto mulheres brancas são vistas como frágeis, mulheres negras são tidas como detentoras de uma grande habilidade para suportar a dor física e emocional, motivo pelo qual não foram poupadas dos castigos cruéis e dolorosos da escravidão.

Quando mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto, ex-escravas negras reivindicavam ainda por condições básicas de dignidade, de acordo com dados de 2019, cerca de 56% da população do país é negra, ou seja, mais da metade. Por outro lado, pessoas negras estão muito longe de ser a maioria nas universidades e nos cargos de poder. Além disso, uma pessoa negra é assassinada a cada 23 minutos no Brasil. Enquanto a Constituição (art. 5ª) determina que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, mas a sociedade brasileira insiste em mostrar o contrário.

Muitas vezes a gente insiste em tampar os olhos referente a diferença das oportunidades profissionais que são distribuídas, hoje analisando a herança historia que nos foram concedidas, me pergunto o porque do maior meio de trabalho das mulheres negras além de autônomo é a de empregadas domesticas. E não é preciso ir muito longe para entender essa tradição. Mulheres negras foram forçadas a prestar serviços domésticos para famílias ricas durante os quase 400 anos de escravidão no Brasil. trazendo dados recentes da nossa

realidade em 2018, o país registrou 6,2 milhões de pessoas atuando no serviço doméstico remunerado, que varia entre as atividades desempenhadas por diaristas, babás, jardineiros e cuidadores, etc.. ao todo, 5,7 milhões eram mulheres, o equivalente a 92%, e, entre elas, ²³⁴68% (3,9 milhões) eram mulheres negras. 2018 também apresentou um aumento no número de idosas que atuam nesta categoria. Elas já representam 7% dessas trabalhadoras. Em 1995, eram 3%. Os dados estão compilados no estudo ‘Os desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI’, produzido pelo Ipea (instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.) com base nos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) mas de acordo com a pesquisa, entre 1995 e 2018 houve uma diminuição na proporção de mulheres exercendo o serviço doméstico. Apesar disso, a presença de mulheres negras não houve alteração no decorrer do período analisado pelo estudo. Elas sempre representaram a maioria no setor.

Então é nítido que a igualdade racial ela não é reproduzida da forma que a teoria do processo nos apresenta, Simone de Beauvoir (1908-1986) conclui que não se nasce mulher, mas torna-se mulher em *O segundo sexo* (1949) ao passo que Neusa Souza (1983) também conclui que não se nasce negro, mas torna-se negro, ou seja, passa-se por um processo de reconhecimento e conscientização. Essa tomada de consciência, também chamada de negritude, no faz reconhecer o padrão eurocêntrico como opressor, gerando movimentos para mudar as estatísticas, onde o racismo passa a ser visto e refletido como um problema que paralisa o público que sofre essa violência.

Considerações Finais

Com base no estudo realizado, podemos entender como a prática da necropolítica tem um lugar exato de morada, usando também do relato histórico sobre a escrava Anastácia, apresentado por Kilomba no seu livro memórias de plantação, onde por questões raciais nos éramos dadas o lugar de objeto, tirando a expressão crítica e colocando-as em um lugar de vilã, e a máscara é um símbolo da invisibilidade. Diante disso, o corpo da mulher negra possui características especiais de construção social, construção que se dá a partir do entendimento do lugar social ocupado pelo negro, já que socialmente o negro é visto como ruim, mas o crescimento de movimentos de empoderamento tende a trazer autovalorização

da mulher negra, seja do seu corpo, cabelo, profissão e representatividade.

Sabemos que a escravização deixou uma série de conseqüências, e decidimos colocar o nosso lugar em evidencia, reconhecer que nossa historia tem sua importância, e hoje temos nossa própria palavra significativa que é o surgimento do conceito dororidade fundado pela professora e escritora Vilma Piedade , que preenche a lacuna que a sonoridade não preenchia.

Trabalhando com as evidencias de realidade das pretas, considerei que a segregação ocupacional das mulheres negras e sua inserção desigual no mercado de trabalho formal brasileiro é evidentes, com as estáticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada temos a analise de como uma herança escravocrata ainda é presente na contemporaneidade.

Essa relação de emprego doméstico e mulheres negras, Lélia Gonzalez⁴ em seu texto Racismo e sexismo na cultura brasileira em 1984 chamava atenção para aquilo que ela definiu como “neurose cultural brasileira” dado pelo duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Segundo Gonzales (1984), a dupla associação produz efeitos violentos, especialmente, sobre as mulheres negras. Sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira, a autora destaca que “os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as ‘comem com os olhos’ no carnaval ou nos oba-oba [...] só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço” (GONZALES, 1984, p. 230).

No processo deste estudo foi apontado os espaços socialmente destinados à população negra, sobretudo a mulheres negras e que o racismo, o sexismo e o classismo são características que dominam sua historia desde sua gênese, interferindo assim do futuro atual.

Referencias

[Revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2019/04/chimamanda-ngozi-adichie-o-brasil-tem-um-problema-de-raca-pessoas-negras-nao-tem-acesso-posicoes-de-poder.html](https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2019/04/chimamanda-ngozi-adichie-o-brasil-tem-um-problema-de-raca-pessoas-negras-nao-tem-acesso-posicoes-de-poder.html)

KILOMBA, Grada. Memória da plantação: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: COBOGÒ, 2019.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

HOOKS, bell.e eu não sou uma mulher ?. 11 de novembro de 2019 , tradução Bhuvil Libanio, pag 251 a 307. Rio de Janeiro 2020.

GONZALES, Leila Por um feminismo afro-latino-american. 2020. Editores, Flavia Rios, Márcia Lima